

Mídia e Violência: uma análise do grupo de notícias do Whatsapp Pernambuco News 7¹

Cássio VIANA²
Victória SANTOS³
Teresa LEONEL⁴

Universidade do Estado da Bahia, Bahia, BA

RESUMO

Este artigo busca expor os resultados da análise do grupo de notícias de WhatsApp, intitulado “Pernambuco News 7”. Empregamos uma estratégia multimetodológica combinando análises quantitativas e qualitativas, todas entrelaçadas pela discussão da relação entre mídia e violência e da dependência das fontes policiais na cobertura da violência, da segurança pública e da criminalidade realizada pela imprensa, a partir dos estudos de Denise Carvalho, Maria Teresa Freire, Guilherme Vilar (2012), Susan Sontag (2003), Silva Ramos e Anabela Paiva (2007). Num contexto em que a informação se tornou mercadoria e a notícia, espetáculo, a comunicação perde de vista seu compromisso com a ética e a cidadania. É urgente refletir a responsabilidade da mídia no enfrentamento à violência e a incapacidade da imprensa de criticar as ações das forças de segurança.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; WhatsApp; Mídia; Violência; Ética.

INTRODUÇÃO

O estudo de grupos de notícias de WhatsApp tem sido um importante campo de indagação da disciplina Redação Jornalística em Multimeios desenvolvida no curso de Comunicação Social – Jornalismo em Multimeios da Universidade do estado da Bahia. Com o surgimento das novas tecnologias e, conseqüentemente, das várias redes sociais, observamos que, para além da facilidade e praticidade que esses aparatos possibilitaram

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XIV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de graduação do 7º semestre do curso de Comunicação Social – Jornalismo em Multimeios da UNEB – DCH III, e-mail: fcassio96@gmail.com.

³ Estudante de graduação do 7º semestre do curso de Comunicação Social – Jornalismo em Multimeios da UNEB – DCH III, e-mail: resendeevictoria@gmail.com

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social – Jornalismo em Multimeios da UNEB – DCH III, e-mail: teresaleonelcosta@hotmail.com

para o mundo contemporâneo, têm-se também a consolidação de, pelo menos, duas outras consequências que merecem problematizações: a espetacularização do real e as *fake news*.

No entanto, neste artigo, nos deteremos a discutir o primeiro aspecto, ressaltando as relações entre mídia e violência, a partir da análise do grupo de notícias Pernambuco News. A proposta da atividade da disciplina foi analisar o grupo no período de uma semana, de 20/03 a 27/03, observando os seguintes aspectos: tempo de existência da rede, número de pessoas participantes, perfil dos administradores, identificação das funções exercidas por cada administrador no grupo, assuntos com maior frequência de matérias, interface do veículo (como se apresenta em termos de layout, publicidades, cores, anúncios, charges, emoticons, etc), relações com a mídia tradicional (faz ponte com algum programa de rádio; TV e blogs? Com outras redes sociais? Utiliza vídeo? Fotos?) e linha editorial. É importante ressaltar que analisamos o sétimo grupo do veículo, uma vez que o aplicativo que o veículo utiliza como suporte (WhatsApp) possui um número máximo de membros por grupo.

O grupo de notícias Pernambuco News abrange, principalmente, as cidades de Petrolina, Juazeiro, mas também outras do interior que ficam no entorno dessas duas, localizadas na região do Submédio São Francisco. Sua logo possui um formato redondo com um fundo preto que revela um olho esverdeado com os dizeres “Grupo Pernambuco News 7”. Nesse sentido, a logo propõe uma relação entre palavra e imagem e utiliza elementos de poder apelativos, com cores quentes (amarelo, vermelho, verde) e fontes em caixa alta. A equipe da “redação” do Pernambuco News é composta por seis administradores. Apenas dois deles utilizam fotos pessoais, os demais não possuem ou utilizam figuras. Foi possível a identificação de um *gatekeeper* – utilizava o nome “Britto”-, ou seja, aquele que define o que será noticiado de acordo com o valor-notícia, linha editorial e outros critérios.

De modo geral, analisamos que o Pernambuco News possui uma linha editorial aberta, onde todos os tipos de notícias, áudios e fotografias sobre qualquer assunto, nacional e regional, são veiculados. Importante ressaltar que nem todos os integrantes do grupo podem veicular notícias, somente os administradores. Aos outros participantes, cabe apenas comentar as postagens. Com o tempo, percebemos que, apesar de não ter uma linha editorial definida, o grupo possui um interesse maior em notícias policiais e factuais, envolvendo criminalidade, tráfico de drogas e acidentes. Por construir uma abordagem muito fundamentada na espetacularização da realidade, o teor das “notícias”

é carregado de sensacionalismo, trazendo fotografias de pessoas presas, acidentadas e mortas – nesses casos, sem a preocupação de preservar a imagem e a vulnerabilidade das pessoas.

Assim, o veículo não cumpre prerrogativas fundamentais do jornalismo: o compromisso com a ética e a cidadania. Além disso, as informações são veiculadas sem a apuração necessária e algumas vezes, sem fontes definidas. Sites, blogs locais e outros grupos de notícias de WhatsApp são as principais fontes e com isso, foi comum, durante todo o período de análise, encontrar notícias exatamente idênticas (prática do Ctrl+C e Ctrl+V) às das veiculadas nesses meios, com os devidos créditos de onde foram retiradas. Sobre isso, entendemos que o veículo desenvolve uma boa relação com a mídia tradicional local e de outras localidades, como é o caso do Blog do Robério Sá, de Recife-PE. Tanto para a investigação do veículo quanto para a elaboração deste trabalho, empregamos uma estratégia multimetodológica, combinando análises quantitativas e qualitativas, respectivamente, à medida que procuramos coletar dados sobre a identificação do veículo e realizar uma análise de conteúdo das informações veiculadas. Ainda neste artigo, discutiremos duas questões que nos parecem essenciais de para questionar, após a análise: a incorporação da agenda de instituições de controle, como a polícia, e as relações possíveis entre mídia e violência.

MÍDIA E VIOLÊNCIA

Para o cidadão comum, que geralmente se informa pela TV, rádio, portais de notícias ou mesmo grupos de Whatsapp, enquanto se prepara para mais um dia de trabalho, o termo “violência” pode estar associado às estatísticas que causam medo, revolta e impotência, e o orienta a não utilizar o celular no transporte público, não andar sozinho na rua após determinado horário, dentre outras medidas que nós, quase automaticamente, realizamos.

No entanto, ao longo da história, antropólogos, sociólogos e filósofos se dedicaram à reflexão sobre suas causas e consequências. Marx, por exemplo, defendia que a violência se originava na luta de classes e na exploração da mão de obra assalariada; enquanto Hegel acreditava que ela era inerente ao ser humano (CARVALHO et al, 2012). Independentemente dos resultados, uma coisa é certa: “a violência faz parte da história da humanidade desde a sua origem” (2012, p. 435).

Mas, afinal, qual a relação entre violência e mídia? Com os avanços das tecnologias de comunicação, é possível dizer que a sociedade nunca produziu tanto conteúdo como nos dias atuais. “A informação produzida ficou muito mais rápida, plural e acessível, mas também confundiu os critérios de prioridade, seleção e de estabelecimento de espaços” (CARVALHO, 2012, p. 436). Sendo assim, além das mudanças nas rotinas de produção, os profissionais se depararam com discussões antigas (e, no entanto, bastante atuais no calor das chamadas *fake news*): encarar o jornalismo como um instrumento capaz de tornar a agenda dos meios de comunicação mais responsável, sem espetacularizar as notícias que se relacionem à violência (de qualquer natureza).

Pouco se sabe sobre a estrutura do grupo de notícias “Pernambuco News 7”, que se intitula como um veículo de comunicação: não se sabe se há uma redação fixa e qual a formação dos “profissionais” que, por sinal, são anônimos. Cerca de 40 notícias, dentre links e mensagens diretas, são publicadas diariamente. O conteúdo é diversificado: há serviço, entretenimento, política e muito conteúdo digno de páginas policiais. Por falar nisso, os corpos tombados e o sangue escorrendo são a especialidade do grupo que, com frequência, exalta o trabalho da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

Se há acidentes ou homicídios, é preciso fotografias: constatar, ver para crer. Se os moderadores publicam uma foto do arquivo pessoal da família da vítima, imediatamente, precisam responder aos questionamentos: “E as fotos de agora? ”, “Tem mais fotos, tem fotos do acidente? ”. Em “Diante da Dor dos Outros”, Susan Sontag (2003) defende que as pessoas sentem prazer em ver cenas de dor e mutilação. Em outras palavras, cenas de violência.



Figura 1: print do grupo "Pernambuco News 7".

Segundo Carvalho (at al, 2012), os meios de comunicação, como produtores de sentido, podem contribuir para transformar comportamentos e hábitos sociais a partir de uma abordagem que valorize a cidadania, igualdade e liberdade dos sujeitos. Diante das novas tecnologias (como o Whastapp), e sobretudo da maneira que têm sido utilizadas, os profissionais de comunicação têm a responsabilidade de contribuir com a redução dos índices de violência a partir do trabalho realizado.

TEMAS NA GAVETA E A DEPENDÊNCIA DE FONTES POLICIAIS

Em “Na gaveta: os temas que não aparecem na cobertura”, Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007) discutem algumas categorias de atos violentos que não aparecem na imprensa. Os casos de estupro, por exemplo, passam despercebidos pelas coberturas jornalísticas, mesmo o Brasil tendo um alto índice deste crime. As autoras mostram uma pesquisa realizada em 2006 pela CESeC, que analisou notícias publicadas em oito jornais do Rio de Janeiro e registrou 593 notícias sobre atos violentos. Somente uma era sobre violência sexual (0,2%). Na pesquisa que analisou nove jornais de três estados, em 2004, seis textos contemplavam o tema (1,14% de 527 matérias, artigos ou notas). No entanto, de acordo com dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), no mesmo ano foram registrados 14.719 casos de estupro (15.268 em 2005). Vale ressaltar que esses

dados configuram apenas uma fração dos casos reais, já que este é um dos crimes menos notificados pela polícia.

Outra pesquisa do CESeC, realizada no Rio de Janeiro, fundamentada em dados da Polícia Civil, mostrou que entre os anos de 2001 e 2003 foram registrados em delegacias 3.608 estupros e 4.947 atentados ao pudor. A mesma pesquisa demonstrou que a impunidade é a regra nos crimes de cunho sexual. Um problema social que a fraca cobertura da imprensa ajuda a perpetuar. A cobertura da imprensa poderia contribuir bastante para diminuir o problema de impunidade e exigir das autoridades de segurança medidas de repressão dos crimes sexuais. Para isso, seria preciso reportagens consistentes, apontando áreas de maior incidência de ocorrências, pesquisas sobre os fatores que favorecem as violências e denúncias contra os criminosos à solta e processos arquivados. Logo, seria preciso que a imprensa colocasse o tema como prioridade.

Os profissionais que admitem as limitações na cobertura costumam lembrar a grande quantidade de crimes que ocorrem todos os dias na maioria das capitais brasileiras. Atarantados com guerras de traficantes, milícias, assassinatos e balas perdidas, sobra pouco tempo aos jornalistas para que deem atenção aos outros fenômenos sociais. Apesar do número de ocorrências ser assustador, Ramos e Paiva (2007) alertam que a pauta é determinada por escolhas diárias. Ao preferirem cobrir uns fenômenos, os jornais escolhem não cobrir outros, que também causam mortes, dor e sofrimento a milhares de pessoas. As autoras explicitam a ideia de Humberto Trezzi, colunista do diário rio-grandense *Zero Hora*, que dá a pista do porquê isso acontece: “O mote do momento é o crime organizado. Pelo menos, nas redações. É por isso que assuntos como violência doméstica, contra homossexuais ou crianças são abordagem mais rara”.

De acordo com Ramos e Paiva (2007), a predominância do tema crime organizado sobre outros assuntos pode estar relacionada à primazia das fontes policiais sobre todas as outras. Ao utilizar as forças de segurança como fontes na maioria “esmagadora” das matérias, a imprensa também incorpora a agenda destas instituições, pautada pelo combate ao tráfico de drogas e pela manutenção da ordem pública. Assim, têm-se a diminuição de sua capacidade de produzir análises sobre diversos fenômenos sociais em ebulição no cotidiano. Em “Dependentes de BO: o desafio de ir além das fontes policiais”, as autoras confirmam a situação de que a cobertura da violência, da segurança pública e da criminalidade realizada pela imprensa sofre a dependência em alto nível das

informações policiais. A polícia é a fonte principal, se não a única, da maioria das reportagens.

No caso do caso do grupo de notícias de WhatsApp analisado aqui, o Pernambuco News 7, os temas predominantes do veículo não só são relacionados à criminalidade e ao tráfico de drogas, como as principais fontes são corporações das forças de segurança. Vale ressaltar que a grande parte das “notícias” veiculadas no grupo são cópias de BO’s (boletins de ocorrência) publicados na íntegra, com a mesma linguagem das corporações policiais. É interessante notar, também, que os participantes fazem muita questão de ver a foto das pessoas presas. Além disso, quando há “notícias” de morte, os participantes não se contentam com a imagem da pessoa viva. Veja, abaixo, prints que foram retirados do grupo Pernambuco News 7:



Figura 2: Boletim de ocorrência (BO) veiculado como notícia



Figura 3: Boletim de ocorrência (BO) vinculado como notícia

De acordo com Ramos e Paiva (2007) esta predominância das forças de segurança como fontes principais da imprensa foi comprovada pelas pesquisas realizadas pelo CEsC em 2004 e 2006. Em 2004, uma investigação de 2.514 textos publicados em nove jornais de três estados demonstrou que a polícia era a principal fonte ouvida em 32,5% dos casos. No outro levantamento, em 2006, sobre oito jornais do Rio de Janeiro, 26,9% dos 2651 textos baseavam-se em informações policiais. Jornalistas ouvidos pela pesquisa argumentam que não há como evitar essa situação, uma vez que as forças de segurança são responsáveis pela repressão, registro e investigação de crimes e outros atos violentos.

Assim, as polícias Civil, Militar e Federal são, naturalmente, as principais fontes de informação sobre a criminalidade. Apesar disso, de acordo com Ramos e Paiva (2007), essa realidade é passível de questionamentos, uma vez que as forças de segurança são as únicas fontes de matérias em um grande número de casos. Mais de 50% das reportagens apresentam apenas uma pessoa ou instituição como a origem dos dados ou informações. Na maioria das vezes, essa fonte está ligada a um batalhão da PM ou a uma delegacia da Polícia Civil. Essa predominância tem como contraponto a ausência de outros importantes atores sociais, como por exemplo, especialistas em segurança pública, representantes de associações de moradores de favelas, enfim.

Nas análises realizadas pelo CEsSec, o segundo lugar como fonte principal é a vítima (9,7% no levantamento nacional, 10,4% na pesquisa sobre os jornais do Rio de Janeiro). Em terceiro lugar, aparecem o Poder Executivo Federal, o Estadual e o Municipal (8,5%), o que indica a forte presença das secretarias de segurança no cotidiano. Os especialistas surgem em pequeno número - 4,6% na pesquisa nacional e apenas 1,4% no estudo sobre jornais fluminenses. A sociedade civil organizada corresponde a menos de 1% das principais fontes ouvidas. E apesar de estarem envolvidos diretamente no processo legal, Representantes do Ministério Público não aparecem em proporção semelhante à sua importância: na pesquisa regional, eles são fontes principais em apenas 1,7% das matérias (RAMOS; PAIVA, 2007).

A consequência mais grave da dependência das informações policiais é que ela diminui a capacidade da imprensa de criticar as ações das forças de segurança. Apesar das frequentes reclamações das autoridades do setor sobre as críticas da imprensa, a verdade é que o noticiário sobre violência e criminalidade é principalmente composto por registros de ações policiais: prisões, apreensões, apresentações de criminosos etc. A imprensa tem exercido um papel fundamental na fiscalização da atuação das forças de segurança. No entanto, em grande parte dos textos, ela divulga sem questionar os atos cometidos por elas. E são inúmeros os números de ações policiais equivocadas – muitas vezes feitas na pressa de oferecer uma satisfação à opinião pública – que encontram destaque nas páginas de jornais (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 37-38).

Por fim, a ausência de pluralidade de fontes acaba por gerar uma cobertura pouco diversificada, na qual temas importantes como Direitos Humanos, violência enquanto fenômeno social, raça, etnia, gênero e violência doméstica, por exemplo, são pouco abordados. O resultado, segundo Ramos e Paiva (2007), é “um conjunto de matérias em que predomina a pouca contextualização e a pluralidade, muito dependente da perspectiva de delegados e oficiais de Polícia Militar” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 39).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das questões apresentadas, é preciso pensar qual a responsabilidade da mídia no enfrentamento à violência. Ao transformar a notícia em produto, “a informação se desvincula da sua principal função, que é garantir à coletividade condições de

cidadania, visando instruir, noticiar, indagar, esclarecer e dar forma aos questionamentos da população” (CARVALHO, 2012, p. 436).

O grupo não se enquadra como um veículo tradicional, no entanto, assimila práticas parecidas (que vão além de noticiar um acontecimento factual). Em seu estudo sobre mídia e violência no Brasil, Denise W. Carvalho et al (2012) pontua que a TV, por exemplo, trata o assunto como comum ou banal: basta ligar o aparelho para assistir num telejornal a um especialista discorrer sobre o tema como numa conversa entre amigos. No grupo de WhatsApp, chegam mensagens, fotografias, áudios e vídeos; o público lamenta, pede imagens. Os moderadores, comumente, expressam juízo de valor sobre os acontecimentos: “menos um bandido”.

A cultura da violência é promovida pela mídia como uma resposta ao cotidiano social que busca combater a rotina, proteger-se e livrar-se do perigo, em uma negação que equivaleria a uma pessoa dizer “ainda bem que não aconteceu comigo”. Não importa mais a informação, mas o quanto o elemento violência é capaz de ser mantido a fim de expiar a angústia dos indivíduos (CARVALHO et al, 2012, p. 436).

O presente artigo aponta para um caminho e uma necessidade: primeiro, que não há como ignorar as estratégias encontradas pela população para se informar ou mesmo produzir informações. No entanto, escancara a importância das ações conscientes dentro das redações, a fim de promover a cidadania e a discussão sobre os direitos humanos e não explorar a violência com o intuito de aumentar a audiência. “Em todo o mundo, a mídia exerce grande força nas dinâmicas sociais e culturais, de forma que os esforços para a contenção da violência passam pelo modo como os meios de comunicação pautam o tema” (CARVALHO et al, 2012, p. 438).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Denise W.; FREIRE, Maria Teresa; VILAR, Guilherme. **Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil**. Revista Panamericana de Salud Pública: Organización Panamericana de La Salud, 2012. 435-438 p. Disponível em: <<https://scielosp.org/pdf/rpsp/v31n5/a12v31n5.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2018.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: tendências na cobertura da criminalidade e segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007. 192p.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 2003. 112 p. Disponível em: <https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/10/sontag-diante_da_dor_dos_outros.pdf>. Acesso em: 27 maio 2018.